



Artigo

A Práxis na Psicologia Social Comunitária e nas Políticas Públicas (ou sobre seu sentido político)

*Praxis in Community Social Psychology and Public Policies
(or about their political sense)*

*Praxis en Psicología Social Comunitaria y Políticas Públicas
(o sobre su sentido político)*

*Praxis en psychologie sociale communautaire et politiques publiques
(ou sur leur sens politique)*

Vinícius Furlan¹

¹ Graduado em Psicologia pela Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP, Brasil, mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil, doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo SP, Brasil. Atualmente é professor no curso de Psicologia da Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP, Brasil.

Resumo

O projeto utópico da Psicologia Social Crítica, desde sua emergência, busca apontar os caminhos para a emancipação humana, bem como se sustenta em sentidos originais e premissas da forma crítica que encontra seu principal valor num conceito nodal: a práxis; que caracteriza seu duplo telos: crítico e político. Em seu telos político se insere no trabalho com grupos junto a comunidades subalternas no horizonte dos processos de conscientização, luta política e elevação das relações solidárias e de sujeitos de direitos. Não obstante a inserção da Psicologia Social no âmbito das Políticas Públicas expresse seu interesse na dinâmica dos modos de intervenção social, ainda calhe a indagação acerca do sentido desta inserção: compromisso ético-político ou demanda de mercado? Têm-se observado a predominância do trabalho da psicologia social tem se dado dentro de instituições e políticas públicas, as quais definem uma série de técnicas burocráticas para o trabalho psicossocial, que pretendem intervenções direcionadas aos interesses do Estado e da lógica capitalista, bem como tais trabalhos não partem da premissa da organização de relações grupais e conscientização das classes subalternas, mas da necessidade de atendimento de alto contingente de usuários, o que, por sua vez, torna as práticas psicossociais e comunitárias de caráter estritamente pragmático, objetivista e tecnocrático, e o axioma das práticas enquanto práxis possível se circunscreve como significante atópico.

Palavras-Chave: Psicologia Social; Psicologia Comunitária; Práxis; Política; Crítica.

Abstract

The utopian project of Critical Social Psychology, since its emergence, seeks to point the way to human emancipation, as well as it is based on original meanings and premises of the critical form that finds its main value in a nodal concept: praxis; that characterizes its double telos: critical and political. In its political telos it is inserted in the work with groups next to subaltern communities in the horizon of the processes of awareness, political struggle and elevation of the solidary relations and of subjects of rights. Despite the inclusion of Social Psychology within the scope of Public Policies, expressing your interest in the dynamics of modes of social intervention, the question about the meaning of this insertion is still relevant: ethical-political commitment or market demand? The work of social psychology has taken place within institutions and public policies, which define a series of bureaucratic techniques for psychosocial work, which intend interventions aimed at the interests of the State and capitalist logic, and such works do not start from the premise of the organization of group relations and awareness of the subordinate classes, but of the need to attend to a high contingent of users, which, in turn, makes psychosocial and community practices strictly pragmatic, objectivist and technocratic, and the axiom of practices as possible praxis circumscribes itself as atopic signifier.

Keywords: Social Psychology; Community Psychology; Praxis; Policy; Criticism.

Resumen

El proyecto utópico de la Psicología Social Crítica, desde su surgimiento, busca señalar el camino hacia la emancipación humana, así como se sustenta en significados y premisas originales de la forma crítica que encuentra su principal valor en un concepto nodal: praxis; que caracteriza a su doble tel: crítico y político. En su telos político se inserta en el trabajo con grupos próximos a comunidades subalternas en el horizonte de los procesos de sensibilización, lucha política y elevación de las relaciones solidarias y de sujetos de derechos. A pesar de la inclusión de la Psicología Social en el ámbito de las Políticas Públicas, expresando su interés por la dinámica de los modos de intervención social, la pregunta sobre el significado de esta inserción sigue siendo relevante: ¿compromiso ético-político o demanda del mercado? El trabajo de la psicología social se ha desarrollado al interior de instituciones y políticas públicas, que definen una serie de técnicas burocráticas para el trabajo psicosocial, que pretenden intervenciones orientadas a los intereses del Estado y la lógica capitalista, y tales trabajos no parten de la premisa de la organización de relaciones grupales y conciencia de las clases subordinadas, pero de la necesidad de atender a un alto contingente de usuarios, lo que, a su vez, hace que las prácticas psicosociales y comunitarias sean estrictamente pragmáticas, objetivistas y tecnocráticas, y el axioma de las prácticas como praxis posible se circunscribe como significante atópico.

Palabras Clave: Psicología social; Psicología comunitaria; Práctica; Política; Crítica.

Resumé

Le projet utopique de la Psychologie Sociale Critique, depuis son émergence, cherche à ouvrir la voie à l'émancipation humaine, ainsi qu'il est basé sur des significations originales et des prémisses de la forme critique qui trouve sa valeur principale dans un concept nodal: la praxis; qui caractérise son double tél: critique et politique. Dans son telos politique il s'insère dans le travail avec des groupes voisins de communautés subalternes dans l'horizon des processus de prise de conscience, de lutte politique et d'élévation des relations solidaires et des sujets de droits. Malgré l'inclusion de la psychologie sociale dans le champ des politiques publiques, exprimant votre intérêt pour la dynamique des modes d'intervention sociale, la question sur le sens de cette insertion est toujours d'actualité: engagement éthico-politique ou demande du marché? Le travail de psychologie sociale a eu lieu au sein d'institutions et de politiques publiques, qui définissent une série de techniques bureaucratiques de travail psychosocial, qui visent des interventions visant les intérêts de l'État et la logique capitaliste, et de tels travaux ne partent pas des prémisses de l'organisation des relations de groupe et de la prise de conscience des classes subordonnées, mais de la nécessité de s'occuper d'un fort contingent d'usagers, ce qui, à son tour, rend les pratiques psychosociales et communautaires strictement pragmatiques, objectivistes et technocratiques, et l'axiome des pratiques comme praxis possible se circonscrit comme signifiant atopique.

Mots-Clés: Psychologie sociale; Psychologie communautaire; Praxis; Politique; Critique.

A Construção da Psicologia Social Latino-Americana: uma práxis para a Psicologia

Desde sua emergência em meados dos anos 70, a Psicologia Social Latino-Americana tem se tornado um saber cada vez mais comum ao corpo epistêmico das Psicologias (Molón, 2002; Ozella& Sanchez, 2001).

Embora Álvaro e Garrido (2006) destaquem ser difícil escolher um fato histórico no qual se possa afirmar com precisão o momento em que se consolida a Psicologia Social como um saber autônomo, Lane (1984), aponta que, no curso e percurso da Psicologia Social, é possível identificar três grandes paradigmas: o norte-americano, o europeu e o latino-americano.

Destaca Lane (1994) que a emergência dos paradigmas europeu e latino-americano se dá devido a chamada “crise da psicologia social”; a qual acompanhava a crise das ciências humanas, como destacada por Boaventura de Souza Santos (2010), em que se problematizava a integridade do modelo experimental como método para construir conhecimento sobre o humano.

Assim um grupo de pesquisadoras(es) da Psicologia Social na América Latina iniciam um movimento de construção de um novo paradigma em Psicologia Social o qual estivesse alinhado a realidade social latino-americana com a preocupação de transformar essa realidade, uma vez da hegemonia na AL dos governos ditatoriais, a saber: Ignacio Martin Baró, Maritza Montero, Silvia Lane, Maria do Carmo Guedes, Iray Carone, Bader Sawaia, Antonio da Costa Ciampa, Lucília Reboredo, Sérgio Ozella, Pedrinho Guareschi, dentre outros.

Na construção desta perspectiva podemos identificar alguns sentidos que lhes dão os significados de sua especificidade, a saber: a) um sentido epistemológico; b) um sentido metodológico; c) um sentido ontológico; d) um sentido axiológico; e, e) um sentido ético-político.

Reconhecer seu sentido epistemológico significa entender que a Psicologia Social de orientação crítica buscou, em seus primórdios, tomar como base epistêmica o pensamento materialista-histórico e dialético, especialmente os estudos de Marx, bem como a autores ligados a Psicologia Soviética, como Vygotsky, Luria e Leontiev, e outros neomarxistas, dos quais Habermas, os Frankfurteanos, Heller, Pêcheux, Althusser, dentre outros. Embora, em seu panorama atual, tenha recuperado autores alinhados a outros pensamentos filosóficos, como a filosofia da diferença e os pós-críticos, bem como, nalguns casos, os estudos da psicanálise. Como aponta Silva (2012), houve um movimento intrínseco da Psicologia ao encontro das Ciências Sociais.

Em seu sentido metodológico, fazendo jus a sua episteme de base, recorre a práxis enquanto método e possibilidade de transformação da realidade. Neste sentido, aponta Lane (1994), significa reconhecer que o pesquisador é também produto histórico-social e intervém nas relações sociais na interação com seu campo de pesquisa, para tanto, pesquisar sempre implica intervenção. Assume, assim, a premissa de Marx nas Teses sobre Feuerbach de que por muito se buscou compreender o mundo, agora é preciso transformá-lo.

A metodologia na Psicologia Social Crítica, apesar de resguardar o movimento da práxis, tem ampliado suas possibilidades e se constituído enquanto um conjunto de metodologias críticas, as quais ora podem se apresentar como distintas ora até contraditórias, mas

resguardam o significativo da crítica enquanto eixo comum, que aponta para uma práxis criadora em pesquisa e intervenção social (Lima & Lara Jr, 2014).

O sentido ontológico parte da compreensão de que o homem é produto e produtor da história e da sociedade, constituído social e historicamente. Recuperar uma ontologia do sujeito que reconhecia seu processo de formação forjado a partir das relações sociais, mostrou-se enquanto um primado revolucionário para os saberes da ciência psicológica diante de seus enquadres biologizantes e naturalistas do comportamento humano. A guinada por uma ontologia do ser social, deste modo, possibilitou novas nuances sobre os saberes psicológicos sobre o humano, que compreende que este homem biológico também fala, pensa, é cultura, é história (Lane, 1994). Assim, o homem em sua totalidade é compreendido a partir de suas relações sociais num dado contexto que o condiciona.

Em seu sentido axiológico a Psicologia Social parte da negação do primado da realidade psicológica do mundo em nome de uma realidade socialmente construída. Parte, portanto, da compreensão de que é na relação que o homem estabelece com o mundo concreto que se produzem os signos da realidade material dando condições a materialidade psicológica, já que esta realidade é produto histórico e dialético e de relações sociais dos homens entre si e com o mundo (Lane, 1994), o que permite desvendar “a ideologia da não transformação do ser humano como condição para a não transformação da sociedade” (Lane, 2009: 12).

O ético-político assume um compromisso com a transformação social da realidade a fim de colaborar para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesta esteira, busca se inscrever num movimento histórico que visa contribuir com a dimensão humano-genérica da humanidade (Heller, 2008), ou seja, ela pode e tem buscado se elevar enquanto consciência de “nós” comunidade humana e se inserir na dimensão ética coletiva de colaboração com o bem comum de todos os homens.

E ainda podemos identificar algumas premissas centrais no que se refere à criticidade desta tradição, o que levou a denominar a tradição latino-americana por Psicologia Social Crítica: 1) crítica à psicologia, 2) crítica à tradição positivista e experimental, e 3) crítica à sociedade.

Com relação à crítica à psicologia, Lane (1994) discute um texto específico no qual discorre acerca da proposição de uma nova concepção de homem na perspectiva da Psicologia Social. Para Lane, a “desconsideração da psicologia em geral, do ser humano como produto histórico-social, é que a torna, se não inócua, uma ciência que reproduziu a ideologia dominante de uma sociedade” (1994: 12). Neste sentido, a autora afirma que “toda psicologia é social”, não no sentido de reduzir as especificidades conceituais de cada área de atuação, mas demarcando a partir de cada especificidade “a natureza histórico-social do ser humano” (Lane, 1994: 20).

A crítica à tradição positivista e experimental se refere ao fato de que os estudos sustentados neste modelo se preocupavam com a descrição de comportamentos restritos no espaço e no tempo, e não consideravam a relação entre infra e superestrutura da sociedade, reproduzindo a ideologia dominante, pautando-se na observação de frequências de comportamentos tidos como naturais e universais. A crítica ainda se orientava no sentido de que o positivismo, na busca pela objetividade absoluta, perde o ser humano em sua condição histórica bem como na desconstrução do mito da neutralidade científica, assumindo claramente o caráter interventivo do pesquisador.

A crítica à sociedade orienta-se no sentido de desvelar as contradições que imperam na estrutura societária, as condições desiguais e segregadoras, as formas opressoras e hegemônicas

de dominação, exclusão e marginalização das classes sociais, que impedem a emancipação humana.

Isto implica, por sua vez, uma práxis que tenha como horizonte a emancipação social da humanidade, a qual, para Marx (2010), tem como base a superação das condições materiais que produzem alienação, e assim se efetive concretamente a liberdade humana, que exige, por sua vez, a superação dos interesses sócio-político-culturais e econômicos da sociedade capitalista e ainda mudanças na rede de relações sociais “apolíticas” – do mercado à família -, que podem se dar por fragmentos emancipatórios pelos rompimentos e negação do status quo, e também podem ser feitas fora da esfera dos direitos legais dos mecanismos democráticos, os quais, não podemos esquecer, funcionam como parte dos aparatos estatais do Estado “burguês” que garantem a manutenção das relações de produção capitalista.

A partir de suas premissas críticas e sentidos de sua construção, a Psicologia Social inscreve-se no seio das epistemologias da Psicologia enquanto uma epistemologia contra-hegêmonica, uma vez que sua axiomática infere sobre novos significados nos saberes e fazeres psi, apresentando duplo tólos: um crítico e um político.

Podemos perceber, portanto, a partir do que vimos discutindo, que o projeto utópico que busca apontar os caminhos para a emancipação humana, bem como os sentidos e premissas da crítica desta tradição de Psicologia Social encontra seu principal valor num conceito nodal, a práxis, na medida em que não apenas se restringe à especulação filosófica para compreensão das contradições do aparato societário, mas parte da ideia de Marx de que é necessário um compromisso ético-político com a transformação da realidade social (Furlan & Castro, 2018).

A práxis, neste sentido, não é apenas uma prática ou ação humana, mas, conforme Libâneo (1994), precisamente o movimento que eleva o homem de sua condição de produto das circunstâncias à condição de consciência do homem que intervém na realidade produzindo mudanças para superação das contradições sociais no sentido da humanização. Ela é entendida como uma prática consciente voltada para a transformação do real, um tipo de prática que requer ação social material, objetiva, transformadora, que corresponde a interesses sociais. Considerada do ponto de vista histórico-social, não é apenas produção de uma realidade material, mas sim criação e desenvolvimento contínuos (Vasquez, 1977).

A guinada desta tradição de Psicologia Social orienta-se, assim, de modo particular pela indissociação entre a teoria e a prática, “conferindo ao pesquisador o papel de agente político, responsável pela transformação da realidade e promotor da emancipação” (Lima, Ciampa & Almeida, 2009: 225). Neste sentido, a dimensão da práxis é intrínseca a uma Psicologia Social de orientação crítica, na medida em que ela opera enquanto forma crítica e configura um aspecto central em sua proposição, isto é, a crítica está indissociada da práxis. Assim, a práxis é uma noção que permeia seu discurso não apenas enquanto conceito ou ação humana, mas como forma crítica de seus saberes e fazeres (Furlan & Castro, 2018).

A Psicologia Social Latino-Americana de orientação crítica, neste sentido, tem a práxis humana como conceito e forma de ação central enquanto forma crítica que orienta seus fazeres e também como fundamento de seus saberes, na medida em que busca intervir sobre a realidade social a partir de projetos utópicos que pretendem transformar a sociedade e possibilitar condições de vida mais justas e igualitárias.

Psicologia Social Comunitária: a busca pela efetivação da práxis

Conforme Regina Helena Freitas Campos (1996), a Psicologia Comunitária no Brasil se desenvolve a partir da preocupação da Psicologia Social Latino-Americana em seu caráter político em transformar a realidade social e compromisso com as classes subalternas, na medida em que propõe não a aplicação de uma prática psicológica clínica as populações de baixa renda, mas uma práxis enquanto potência de movimento grupal na busca pela transformação social da realidade desta população.

A comunidade, seja geográfica (um bairro, por exemplo) ou psicossocial, é o lugar em que grande parte da vida cotidiana é vivida. Entretanto, o conceito de comunidade utilizado pela Psicologia Social Comunitária tem algumas características próprias, derivadas da própria forma como surgiu entre nós esta nova área de estudos (Campos, 1996).

Desde meados da década de 60, no Brasil, a utilização de teorias e métodos da psicologia em trabalhos feitos em comunidades de baixa renda, visando, por um lado, deselitizar a profissão, e, de outro, buscar a melhoria das condições de vida da população trabalhadora, constitui o espaço teórico e prático do que passamos a denominar a "psicologia comunitária", ou "psicologia na comunidade" (Campos, 1996). Bairros populares, favelas, associações de bairro, comunidades eclesiais de base, movimentos sociais, movimentos populares em geral foram os lugares em que tiveram início essas experiências de "psicologia comunitária".

Mais recentemente, com a ampliação dos sistemas de saúde, educação pública e assistência social no país, e o aumento do número de psicólogos trabalhando em postos de saúde, creches, instituições de promoção do bem-estar social, ou setores do sistema judiciário voltados para o cuidado de famílias e crianças e adolescentes, enfim em instituições públicas que visam promover o desenvolvimento social, a Psicologia Social Comunitária procura desenvolver os instrumentais de análise e intervenção relevantes para as novas problemáticas que se apresentam aos psicólogos.

Conforme Campos (1996), os trabalhos comunitários partem de um levantamento das necessidades e carências vividas pela população, sobretudo no que se refere às condições de saúde, educação e saneamento básico. A seguir, utilizando-se métodos e processos de conscientização, procura-se trabalhar com os grupos populares para que eles assumam progressivamente seu papel de sujeitos de sua própria história, conscientes dos determinantes socio-políticos de sua situação e ativos na busca de soluções para os problemas enfrentados. A busca do desenvolvimento da consciência crítica, da ética da solidariedade e de práticas cooperativas ou mesmo autogestionárias, a partir da análise dos problemas cotidianos da comunidade, marca a produção teórica e prática da Psicologia Social Comunitária.

César Wagner Góis (1993) define a psicologia comunitária como uma área da psicologia social que estuda a atividade do psiquismo decorrente do modo de vida do lugar/comunidade; estuda o sistema de relações e representações, identidade, níveis de consciência, identificação e pertinência dos indivíduos ao lugar/comunidade e aos grupos comunitários. Visa ao desenvolvimento da consciência dos moradores como sujeitos históricos e comunitários, através de um esforço interdisciplinar que perpassa o desenvolvimento dos grupos e da comunidade. Seu problema central é a transformação do indivíduo em sujeito.

Para Góis (1993) fazer psicologia comunitária implica estudar as condições (internas e externas) ao homem que o impedem de ser sujeito e as condições que o fazem sujeito numa comunidade, ao mesmo tempo que, no ato de compreender, trabalhar com esse homem a partir dessas condições, na construção de sua identidade, de sua individualidade crítica, da consciência de si e de uma nova realidade social.

Neste sentido, destaca Silvia Lane (1996), que uma revisão da psicologia comunitária no Brasil não pode ser feita fora do contexto econômico e político do Brasil e da América Latina. Sem dúvida, o golpe militar de 1964 tem muito a ver com o seu surgimento, pois se num primeiro momento (1968-75) viveu-se um período de extrema repressão e violência, quando uma reunião de cinco pessoas já era considerada subversão, ele fez com que, individualmente, os profissionais de psicologia se questionassem sobre a atuação junto à maioria da população, e de qual seria o seu papel na sua conscientização e organização. A Psicologia Social Comunitária nasce, portanto, do compromisso ético-político com a transformação social e conscientização e organização das lutas sociais das classes populares – noutros termos, enquanto práxis.

Como enfatiza Maritza Montero (1984), a Psicologia Comunitária na América Latina nasce desde uma perspectiva libertadora, ética e politicamente comprometida com a justiça e a transformação social. Para Montero (1984), a Psicologia Comunitária é um ramo da psicologia cujo objeto é o estudo dos fatores psicossociais que permitem o desenvolvimento, promover e manter o controle e o poder que os indivíduos podem exercer sobre seu ambiente individual e social, para resolver problemas que os atormentam e alcançar mudanças naqueles ambientes e na estrutura social.

Acompanhando esta preocupação, Lane (1996), cita como exemplo, no clássico livro *Psicologia Social Comunitária*, o trabalho desenvolvido por Lucília Reboredo, junto à população favelada de uma cidade do interior de São Paulo, levando-a a se constituir em associação, a reivindicar seus direitos, a melhorar sua condição de vida, chegando a um projeto de autoconstruções, em que a população favelada buscava se organizar politicamente em luta por seus direitos habitacionais, durante o governo ditatorial. Neste trabalho, Lane reconhece que Reboredo concretiza os aspectos teóricos e práticos de uma Psicologia Social Comunitária em emergência no Brasil.

Para tanto, Reboredo (1994) busca um arcabouço teórico que lhe possibilita uma práxis comunitária num movimento de constituição de um processo grupal entre a população favelada da cidade.

No intento de colaborar com a organização das lutas políticas da população favelada da cidade e contribuir para constituição das relações solidárias dessa população como um grupo bem como criar um método de intervenção comunitária na perspectiva de uma Psicologia Social Comunitária, Reboredo (1994) recorre às contribuições das análises do movimento grupal de Jean-Paul Sartre, em sua *Crítica da Razão Dialética*, em que analisa o movimento grupal que culminou na Revolução Francesa.

A partir das contribuições de Ignacio Martín Baró, acerca das relações de poder no interior das vivências subjetivas do grupo e das determinações sociopolíticas sobre o grupo, bem como das categorias sartreanas do movimento grupal, Reboredo (1994) desenvolve uma análise e intervenção com o grupo de favelados o qual se organizava em uma luta social pelos seus direitos a habitação e por projetos sociais para as crianças das comunidades durante o governo ditatorial, que vai, segundo as categorias sartreanas, da serialidade à institucionalização. As categorias sartreanas, enquanto momentos do movimento grupal, para Reboredo, indicavam

caminhos para criar estratégias no trabalho com grupos e nas comunidades, neste sentido, competências para pensar tais intervenções.

Neste sentido, Reboredo (1994: 25) enfatiza que “há entre os homens uma relação possível além da relação de sujeito e objeto ou de eu e tu: é uma relação de comunidade que chamaremos de Nós, expressão de uma ação comum sobre um objeto físico ou social”.

O agrupamento, ou a serialidade segundo Sartre, como destaca Reboredo (1994), é um somatório de sujeitos numa pluralidade de solidões, ou seja, é a união de pessoas em prol de interesses particulares e não de coletivos, sendo caracterizado pelo individualismo. Neste momento, os indivíduos estão em séries, sendo isolados pela alienação, como se fosse uma sequência de pessoas indiferenciadas, em que qualquer um pode ser substituído, isto constitui então a Serialidade. Há um processo de reificação, em que transforma os sujeitos em meros objetos, que são manipulados e explorados pela ideologia dominante, que prioriza o lucro e o consumo.

É nas relações de cooperação e solidariedade que Reboredo (1994) entende que emergem os embriões para o nascimento das relações comunitárias, nas quais os atores sociais podem desvelar a realidade, tentam compreender as necessidades individuais, as demandas coletivas e encontrar maneiras de solucioná-las, formando assim uma rede de apoio mútuo em que são beneficiados os indivíduos e o grupo. Na mesma perspectiva, podemos citar Martín Baró (1989), para quem o processo grupal acontece pela junção dos interesses individuais com as necessidades coletivas.

Isto constitui o momento da Fusão da Serialidade, em que há a observação dos objetivos em comum que unem as pessoas a participarem do grupo, a partir das tensões provocadas pelos carecimentos radicais e suas necessidades. Este momento é o primeiro momento do processo grupal, e visa o reencontro com a liberdade dos sujeitos. Liberdade no sentido de responsabilidade dos sujeitos em promover a justiça social nos atos compartilhados, não se refere à alienação e nem ao individualismo.

Na espiral dialética do movimento grupal, o Juramento que se segue da Fusão caracteriza-se como momento no qual os indivíduos vivem mais intensamente, que na Fusão, a condição de pertinência ao grupo. Sartre define o Juramento como a reciprocidade mediada, que não pode ser confundida como um contrato, mas sim como uma maneira de evitar a dispersão. Nesta tentativa, a violência do Juramento e o Terror estão presentes como o primeiro estatuto comum. Cada Juramento está condicionado pelo de todos, sendo o reconhecimento, em cada um, de seu compromisso e de sua liberdade comprometida, reafirmando a pertinência ao grupo como um compromisso de não retorno a liberdade individual da alienação (Reboredo, 1994: 43).

Com o Juramento adentra-se o momento da Organização grupal. Estabelecem-se os meios para lidar com as condições objetivas; para tanto, tarefas são atribuídas a partir das potencialidades de seus membros e das condições materiais existentes. No desenvolvimento das tarefas, os membros do grupo diferenciam-se a partir da qualidade da ação, podendo com isto configurar-se a reorientação do poder no grupo, ou ainda redefinirem-se os “terceiros mediadores”. O movimento organizador estabelece uma relação entre os membros do grupo, tendo em via a relação do grupo com a realidade (Reboredo, 1994: 45).

O momento da Fraternidade-Terror começa a esboçar-se quando o grupo entra na fase de Organização, mas o seu germe está no Juramento, onde o temor pela dispersão é constante. Neste momento, o grupo procura controlar as possibilidades de fuga, de desvio e de não participação, tomando medidas mais duras do que as dos momentos anteriores. Busca-se uma

condição que deve evitar, de todas as formas, a dispersão, ou seja, a Serialidade (Reboredo, 1994: 45).

A especialização dos membros que se inicia na organização, pode levar a separação do grupo, identificada como momento da Institucionalização, que se dá com a separação dos membros de acordo com suas particularidades, gerando subgrupos. Esta nova formação acarreta, para Sartre, na morte do grupo, pois não há mais necessidades em comum e os interesses pessoais são outros.

Em que pese Sartre considere a institucionalização como sendo a morte do grupo, podemos dizer que Reboredo reatualiza e avança com este conceito, pois, em sua análise empírica constata que o determinismo sartreano de que a Institucionalização leva o “retorno do grupo a condição de série, pela morte do grupo, não contempla que o processo grupal leva à formação de “sujeitos constituídos” que podem encontrar novas possibilidades para a práxis-processo” (1994: 35). Para Reboredo a institucionalização que não acontece de forma rígida pela burocratização não necessariamente leva o grupo ao retorno da serialidade.

Em sua experiência Reboredo afirma que a “Institucionalização é uma necessidade para que o grupo consiga reorientar a práxis, mesmo criando o contraponto da estratificação” (1994: 46).

A Institucionalização do grupo de favelados, com o qual Reboredo desenvolveu seu trabalho, não configurou uma estrutura marcada pela inércia, alienação e ausência da práxis, mas uma estrutura organizativa que permitiu o grupo se afirmar como força política e assim levar adiante o projeto de Urbanização das favelas e o processo educacional que marcavam a política do movimento; configurou um recurso para a efetivação do *Nós comunidade*, mantendo-se com a flexibilidade necessária para a luta.

A Práxis Hoje

A preocupação de Reboredo nos 80 e 90 a par de Silvia Lane, assim como se vê em Maritza Montero e Martín-Baró, dentre outros, era construir uma metodologia de intervenção para que o desenvolvimento de trabalhos com grupos em comunidades das populações subalternas (Reboredo, 1994).

Nos últimos anos, como aponta a pesquisa de Furlan e Pelissari (2014) sobre os temas e contextos de intervenção da Psicologia Social a partir das publicações dos artigos da revista *Psicologia e Sociedade e Anais dos Encontros Nacionais da Associação Brasileira de Psicologia Social*, nos anos de 2000 a 2010, foi observado que está havendo (e isto tem sido um processo gradativo) um interesse por parte da Psicologia Social em participar e adentrar espaços em que se discute e luta pela promoção, proteção e garantia dos direitos humanos e construção e controle social de políticas públicas. Espaços como: movimentos sociais, fóruns de discussões, conselhos de controle social, centros de referências, espaços de construção de políticas públicas etc., bem como espaços em que se pautam temáticas como saúde, direitos das crianças e adolescentes, direitos do idoso, direitos da mulher, da família, medicalização da sociedade e da

educação, antimanicomialismo, saúde do trabalhador, direito à política, direito à cidadania, entre outros.

Como aponta a pesquisa de Furlan e Pelissari (2014), os campos com maior índice de inserção das práticas em Psicologia Social são, na sequência, o campo das políticas de saúde, das políticas de educação e das organizações de trabalho. Os contextos comunitário e das políticas sociais aparecem, respectivamente de modo pífio, com 7% e 5%. O que se identifica, portanto, é que houve um deslocamento das práticas comunitárias da Psicologia Social para o interior das Políticas Públicas – sejam da educação, da saúde, das políticas sociais, do trabalho, dentre outras – uma vez que tais trabalhos, quando se apresentavam como prática comunitária, estavam ligados a um destes contextos e inseridos no interior de tais políticas. Entretanto, a pesquisa revela que mesmo trabalhos considerados pelos autores como práticas comunitárias e inseridos no campo das políticas públicas, poucos deles poderiam ser identificados com sentido político assim como com o sentido comunitário dado pelas práticas da emergência da Psicologia Social Comunitária, como apontamos, uma vez que estavam orientados por tipificações e normativas organizados pelo próprio Estado. Trabalhos com sentidos comunitário e político têm aparecido de modo pontual e local, como se pode observar nas pesquisas e intervenções de Galeão-Silva (2017), Campos e Hur (2017), Costa e Galeão (2018), Costa (2019) e Costa e Barros (2020), dentre outros, e pouco se identifica trabalhos enquanto as práticas sociais e políticas como possibilidades de transformação social e como possibilidade para a conscientização na vida cotidiana das pessoas, como aparece na proposição de Freitas (2018), ou seja, fazer para transformar, como também os trabalhos de Psicologia Política na comunidade (Costa, 2015).

A questão das Políticas Públicas atravessa, assim, diferentes frentes de atuação da Psicologia Social: dos profissionais que compõem as equipes das instituições e programas de dentro de tais políticas, daqueles que estão na rede de assistência social, na rede de saúde, na rede de educação, no judiciário e organizações de trabalho.

Como aponta a pesquisa de nível nacional, realizada pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), sobre as modalidades de inserção dos profissionais de psicologia, o campo das Políticas Públicas é o que apresenta a maior concentração, com 40% da amostra (Yamamoto, 2012).

A temática das políticas sociais públicas, todavia, ainda tem sido tratada com timidez pelos cursos de formação, principalmente quando ligada à alta complexidade das políticas de assistência social e da saúde, e isto traz consequências para pensar o sentido da práxis no interior da Psicologia Social e Comunitária.

Em que pese o tema da relação entre Psicologia Social e Políticas Públicas tenha adentrado de modo tímido as disciplinas obrigatórias nos currículos dos cursos de Psicologia, e, quando aparece, geralmente seja apenas nos estágios de último ano - no momento da formação em que o estudante precisa cumprir suas atividades práticas de estágios obrigatórios -, uma parcela significativa de profissionais da psicologia tem se inserido no trabalho social no campo das políticas públicas, como apontamos.

Essa timidez com que se tem tratado alguns temas dentro do trabalho social no seio das políticas públicas - competência dos profissionais de psicologia - produzem uma espécie de experiência de estranhamento das práticas psicossociais, na medida em que os cursos de Psicologia ainda possuem forte marca da formação clínica (Oliveira, 2013), o que implica na formação a carência de necessidades para a formar a práxis em Psicologia Social Comunitária, como aponta Fátima Quintal de Freitas (2015).

Esse estranhamento das práticas psicológicas nesse contexto se dá, por um lado, por uma problemática ligada à experiência, pelo não contato com os modos de atuação de uma prática psicossocial que trabalhe no âmbito das políticas sociais públicas, e, por outro, por se tratar de uma problemática de questão política, por uma despolitização da Psicologia que, embora esteja buscando incorporar um compromisso ético-político com as questões políticas e sociais, ainda mantém concepções político-ideológicas e práticas ditas não políticas. Como destaca Antunes (2012), se houve uma Psicologia que avançou para uma ampliação em seu espectro de ação e que se consolidou como instância social comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, há ainda uma psicologia que se submete a concepções tradicionais e ultrapassadas, que não se atualiza e que atua com base em modelos já analisados, criticados e superados há décadas.

Isso ocorre, tanto por questões político-ideológicas, as quais culminam no não interesse dos cursos de Psicologia em integrar em seu corpo curricular de saberes e fazeres uma literatura que aborde tais problemáticas, como também pela própria escassez de literatura, no caso, particularmente da temática das políticas públicas - escassa nas produções na Psicologia, embora abrangente em suas práticas. Por um lado, as intervenções da Psicologia Social no campo das Políticas Públicas são abrangentes, como aponta a pesquisa da ANPEPP (2012), por outro, tais intervenções pouco são levadas a público - como se vê na pesquisa de Furlan e Pelissari (2013), em que analisam as produções da ABRAPSO nos artigos da revista *Psicologia e Sociedade* e nos anais dos encontros nacionais da associação, as publicações acerca do campo das políticas públicas representa apenas 5% da amostra.

Como destaca Lacerda Junior (2013), durante a ditadura, houve diversos setores da sociedade civil que se organizaram em lutas contra o capital e o regime militar. Este processo, por sua vez, também atingiu a Psicologia, criando cisões, crises e transformações. Assim, surgiram novos construtos teóricos e práticas na Psicologia Social brasileira e na América Latina. Neste sentido, o papel da Psicologia Social naquele período, em toda a América Latina, foi de apontar para a necessidade de se construir uma Psicologia de orientação crítica e com compromisso ético-político demarcado com a transformação dos problemas sociais vividos pelas classes populares (Hur& Lacerda jr, 2016; Lima, Ciampa& Almeida, 2009).

Isto ratifica, por sua vez, conforme assinala Oliveira (2013), que o clima político de seu tempo é determinante direto daquilo que resulta nas práticas e orientações do aparato da categoria da Psicologia.

Deste modo, o atual modo de organização do cenário na política tem marcado profundamente as novas proposições e práticas bem como a orientação da política da Psicologia Social e Comunitária que, em seu panorama atual, tem buscado adentrar espaços que visem a construção do bem comum, dos direitos humanos, das políticas públicas e com o político. Isto pode ser observado a partir das temáticas dos últimos Encontros da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), a construção dos Seminários Nacionais de Psicologia e Políticas Públicas e a criação do Centro de Referência de Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) (Furlan, 2017).

Não obstante a inserção da Psicologia Social e Comunitária no âmbito das Políticas Públicas expresse seu interesse na dinâmica dos modos de intervenção social, ainda calhe a indagação acerca do sentido desta inserção: compromisso ético-político ou demanda de mercado? Uma vez das problemáticas no terceiro setor da economia com as transformações refletidas pelos modos de organização capitalista em seu terceiro momento, como apontam Boaventura de Souza

Santos (1995) e SlavojZizek (2012). A resposta para tal indagação abre caminhos para muitas investigações, uma vez que, como aponta Silva (2012), as políticas públicas são puro agir político do Estado e da sociedade; são Estado e sociedade em ação como sujeitos políticos coletivos. Elas são esse conjunto de decisões, iniciativas, ações e também seus contrários, adotadas simultaneamente (ou pelo menos sequencialmente no tempo) pelo Estado e pelas organizações da sociedade para resolubilizar problemas considerados públicos por ambos.

O desafio às intervenções psicossociais neste contexto, como apontam Ansara e Dantas (2010), é encontrar os limites dos programas sociais propostos pelo poder público que fundamentam as políticas públicas, as dificuldades dos agentes externos em desenvolver um trabalho que leve ao fortalecimento da comunidade e a ausência de referenciais teórico-metodológicos que fundamentem as práticas desses agentes. Neste sentido, a necessidade de recuperar as experiências de Psicologia Social Comunitária e da Libertação como desenvolvidas por Martín-Baró, Maritza Montero, Lane, Reboredo, Freitas, dentre outras (os), enquanto paradigma da construção e transformação crítica e os sentidos comunitário e político da PSC (Montero, 2010); bem como ter como horizonte a análise da relação entre Estado, Programas e Organizações, assim como as contradições existentes entre uma prática social comunitária e as exigências dos planos e programas governamentais.

Considerações Finais

Para Maria Fátima Quintal de Freitas falar hoje sobre a Psicologia Social é, com certeza, muito diferente do que se estivéssemos fazendo o mesmo em inícios dos anos 80, como feito por Reboredo, Montero, Freitas e outras (os), especialmente considerando-se as peculiaridades que a nossa história recente tem presenciado.

Vemos que a Psicologia Social e Comunitária com grupos de Reboredo, Lane e outros, na emergência da Psicologia Social Latino-Americana, se inscreve a partir do trabalho com as comunidades, na contribuição de sua organização para a luta política em direção a seus direitos enquanto sujeitos humanos.

A Psicologia Social e Comunitária possui percursos articulados com a história e as conjunturas. Isso já mostra o compromisso com as demandas sociais, que são uma problematização sobre os significados e sobre a extensão e o movimento do campo psicossocial. Entretanto, identifica-se que os temas e intervenções tratadas na Psicologia Social e Comunitária deslocaram-se, em certa medida, de uma perspectiva mais abrangente, o que concerne à realidade social, para enfocarem temáticas relativas a situações e contextos particulares e pontuais.

Há um giro que vai das práticas mais autônomas para práticas orientadas por normativas reguladas pelo próprio Estado que organiza os interesses das políticas públicas e seu público, o que implica, por sua vez, em uma despolitização do território político.

As práticas da Psicologia Social e Comunitária em sua emergência estavam marcadas por seu caráter político, que visava a transformação da realidade social vivida pelas populações

subalternas, bem como pela autonomia em organizar a população em processos de conscientização e luta política. Tais práticas foram deslocadas para o interior das Políticas Públicas e tem sido orientada por tipificações e normativas que regulam o fazer psicossocial a partir dos interesses do próprio Estado, o qual, não podemos esquecer, se conforma como Estado “burguês”.

A Psicologia Social e Comunitária recuperada aqui trata daquela proposta por Lane, Montero, Martín-Baró, Reboredo, dentre outras(os). Há de se levar em conta que a Psicologia Comunitária resguarda diferenças e até convergências em seu interior, o que implica definições específicas acerca de como se definir o campo, o que, por sua vez, não se nega é o sentido comum que encontra ponto nodal em seu caráter comunitário e político.

Em nosso tempo têm-se observado que a predominância do trabalho da Psicologia Social e Comunitária tem se dado dentro de instituições, tanto as organizações não governamentais como as governamentais, as quais definem uma série de técnicas burocráticas para o trabalho psicossocial, que pretendem intervenções direcionadas aos interesses do Estado e da lógica capitalista, bem como tais trabalhos não partem da premissa da organização de relações grupais e conscientização das classes subalternas, mas da necessidade de atendimento de alto contingente de usuários, o que, por sua vez, torna as práticas psicossociais e comunitárias de caráter estritamente pragmático, objetivista e tecnocrático, e o axioma das práticas enquanto práxis possível se circunscreve como significante atópico – práticas cujo significante não tem lugar.

Referências Bibliográficas

- Ansara, Soraia & Dantas, Bruna Suruagy do Amaral. (2010). Intervenções psicossociais na comunidade: desafios e práticas. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 95-103.
- Álvarez, José Luis & Garrido, Alicia. (2006). *Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas*. São Paulo, SP: McGraw-Hill.
- Antunes, Mitsuko. (2012). A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(num. esp.), 44-65. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500005>
- Campos, Regina Helena Freitas. (1996). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Campos, Gustavo Aguiar & Hur, Domenigo Uhng. (2017). Da invisibilidade à participação política: experiências e discursos sobre a luta de travestis e transexuais. *Revista de Gestão e Políticas Públicas*. 7(2), 244-261.
- Costa, José Fernando Andrade. (2015). “Fazer para transformar”: a psicologia política das comunidades de Maritza Montero. *Psicologia Política*, 15(33), 269-283.
- Costa, José Fernando Andrade (2019). Contribuições da Psicologia Social Crítica para análise da relação entre atores estatais e não estatais na implementação de políticas públicas. In Mariana Prioli Cordeiro; Maria Fernanda Aguiar Lara; Henrique Araujo Araguskuku & Rodolfo Luis Almeida Maia. (Org.). *Pesquisas em psicologia e políticas públicas: diálogos na pós-graduação*. São Paulo, SP: Instituto de Psicologia USP.
- Costa, José Fernando Andrade & Galeão-Silva, Luis Guilherme. (2018). Notas sobre a noção de cidadania e seus usos e sentidos no âmbito da política de Assistência Social brasileira. In Mariana Prioli Cordeiro; Bernardo Parodi Svartman & Laura Vilela e Souza. (Org.). *Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas*. São Paulo, SP: Instituto de Psicologia USP.
- Costa, José Fernando Andrade & Barros, Carlos. (2020). Caminhos da psicologia latino-americana como práxis de libertação. *IDEAÇÃO (UEFS)*, 1, 200-219.
- Furlan, Vinicius & Pelissari, Mariá Aparecida. (2014). Campo psicossocial: estudo dos temas e contextos publicados pela ABRAPSO entre 2000-2010. *Impulso: Revista de Ciências Sociais e Humanas*, 24(60), 87-99.
- Freitas, Maria Fátima Quintal. (2015). Práxis e formação em Psicologia Social Comunitária: exigências e desafios ético-políticos. *Estudos de Psicologia*, 32(3), 521-532.
- Freitas, Maria Fátima Quintal. (2018). Psicologia Social Comunitária como Educação Política: resistência e afirmações no cotidiano. *Teoría y Crítica de la Psicología*, 11, 92-104.
- Furlan, Vinicius; Holanda, Renata Bessa, & Castro, Emanuel Messias. (2015). Reflexões sobre as metodologias em Psicologia Social Crítica. *Psicologia & Sociedade*, 27(3), 712-716.
- Furlan, Vinicius & Castro, Emanuel Messias. (2018). A práxis como forma crítica na Psicologia Social. In Carla Fernanda Lima. (et. al.). (Org.). *Identidade, contemporaneidade e práticas psicológicas no contexto brasileiro*. Parnaíba, PI: EDUFPI.
- Galeão-Silva, Luis Guilherme (2017). Psicologia social crítica na periferia do capitalismo: a elaboração do sofrimento social e a luta por reconhecimento recíproco nas periferias. In: Nelson Silva Jr. & Wanderley Zangari. (Org.). *A psicologia social e a questão do hífen* (91-100). São Paulo, SP: Blucher.

- Góis, César Wagner Lima. (1993). *Noções de psicologia comunitária*. Fortaleza, CE: Edições UFC.
- Heller, Agnes. *O Cotidiano e a História* (8a ed.). São Paulo, SP: Paz e Terra, 2008.
- Hur, Domenico. Uhng, & Lacerda Junior, Fernando. (2016). Apresentação. In Domenico Uhng Hur & Fernando Lacerda Junior. (Orgs.). *Psicologia política crítica: insurgências na América Latina*. São Paulo, SP: Alínea.
- Lacerda Junior, Fernando. (2013). Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica. *Teoria y Crítica de la Psicología*, 3, 216-263. Recuperado de <http://www.teocripsi.com/documents/3LACERDA.pdf>
- Lane, Silvia. (1994). A psicologia social e uma nova concepção de homem para a psicologia. In Silvia Lane & Wanderley Codo (Orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento* (13a ed.). São Paulo, SP: Brasiliense.
- Lane, Silvia. (1996). Históricodos Fundamentos da Psicologia Comunitária no Brasil. In Regina Helena Freitas Campos. (Org.). *Psicologia Social Comunitária: da Solidariedade à Autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lane, Silvia. (2009). Prefácio. In Ciampa, A. C. *A estória de Severino e a história de Severina: um ensaio de psicologia social*. São Paulo, SP: Brasiliense, 2009.
- Libâneo, José. (1994). Psicologia Educacional: uma avaliação crítica. In Silvia Lane & Wanderley Codo. (Orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento* (13ª ed). São Paulo, SP: Brasiliense.
- Lima, Aluísio Ferreira; Ciampa, Antonio da Costa. & Almeida, Juracy Almeida. (2009). Psicologia Social como Psicologia Política? A Proposta de uma Psicologia Social Crítica de Sílvia Lane. *Psicologia Política*. 9(18), 223-236. Acessado em 03 de Janeiro de 2019, de: em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v9n18/v9n18a04.pdf>
- Lima, Aluísio Ferreira & Lara Jr, Nadir. (2014). Sobre a(s) metodologia(s) de pesquisa em Psicologia Social Crítica. In Aluísio Ferreira de Lima & Nadir Lara Jr. (Orgs.). *Metodologias de Pesquisa em Psicologia Social Crítica*. Porto Alegre, RS: Sulina.
- Martín-baró, Ignacio. (1989). *Psicología social desde Centroamérica II*. San Salvador, ESA: UCA Editores.
- Marx, Karl. (2010). *Sobre a Questão Judaica*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Molón, Susana. (2002). A Psicologia social abropsiana: apontamentos históricos. *Interações: Estudos e Pesquisas em Psicologia*. 6(12), 41-68.
- Montero, Maritza. (1984). La psicología comunitaria: orígenes, principios y fundamentos teóricos. *Revista latinoamericana de Psicología*, 16(3), 387-400. Recuperado em <https://www.redalyc.org/pdf/805/80516303.pdf>
- Montero, Maritza. (2010). Fortalecimiento de la Ciudadanía y Transformación Social: Área de Encuentro entre la Psicología Política y la Psicología Comunitaria. *Psykhé*, 19(2), 51-63.
- Oliveira, Marcos Vinicius. (2013). Entrevista com Marcus Vinícius de Oliveira. In Conselho Federal de Psicologia – CFP. *A verdade é revolucionária: testemunhos e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)* (pp. 59-77). Brasília, DF: CFP.
- Ozella, Sérgio & Sanchez, Sandra. (2001). Breve histórico do desenvolvimento da pesquisa na perspectiva sócio-histórica na PUC-SP. In Ana Mercês Bock; Maria Graça Gonçalves & Odaír Furtado. (Orgs.). *Psicologia sócio-histórica*. São Paulo, SP: Cortez.
- Reboredo, Lucília Augusta. (1994). *De Eu e Tu a Nós. O Grupo em Movimento como Espaço de Transformação das Relações Sociais*. Piracicaba, SP: Editora UNIMEP.
- Santos, Boaventura de Souza. (1995). *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo, SP: Cortez.

- Santos, Boaventura de. Souza. (2010). Um discurso sobre as ciências (7a ed.). São Paulo, SP: Cortez.
- Silva, Alessandro Soares da. (2012). *Psicologia Política, Políticas Públicas e Movimentos Sociais*. Tese de Livre-Docência. Universidade de São Paulo.
- Vásquez, Adolfo Sánchez. (1977). *Filosofia da Práxis* (2a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Yamamoto, Oswaldo. (2012). 50 anos de profissão: responsabilidade social ou projeto ético-político? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(num. esp.): 6-17. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500002>
- Zizek, Slavoj. (2012). *O Ano Em Que Sonhamos Perigosamente*. São Paulo, SP: Boitempo.

Recebido em 07/12/2018.
Revisado em 13/02/2019.
Aceito em 03/05/2019.